



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito)

**Territórios brasileiros em disputa –
realidades em movimento**

Fernanda Galhardo Carpanelli ¹

Resumo. O presente artigo apresenta parte dos estudos e pesquisas realizadas em nosso contexto de doutoramento, cujas temáticas se vinculam ao eixo dos estudos urbanos, a discussão sobre territórios/territorialidades e seus rebatimentos para a área do Serviço Social no contexto brasileiro. Discorreremos brevemente sobre a questão fundiária no Brasil, processos de grilagem como modo constitutivo de apropriação dos territórios e a formação da propriedade privada da terra no País, registrando concomitantemente algumas expressões de resistência e organização popular, assim como experiências nos territórios brasileiros que devem ser observadas e consideradas pelo conjunto de profissionais que se vinculam a área social.

Palavras-chave: Território(s); territorialidades; expoliação da terra; organização popular.

Abstract: This article presents part of the studies and research carried out in our doctoral context, whose themes are linked to the axis of urban studies, the discussion on territories/territorialities and their repercussions for the area of Social Work in the Brazilian context. We briefly discuss the land question in Brazil, the processes of land grabbing as a constitutive mode of appropriation of territories and the formation of private land ownership in the country, while also noting some expressions of resistance and popular organization, as well as experiences in Brazilian territories that should be observed and considered by all professionals linked to the social area.

Keywords: Territory(ies); territorialities; land dispossession; popular organization.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos tempos, inelutavelmente desconfortáveis, se considerarmos o ritmo e o modo intensificado pelo qual as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais têm ocorrido em nossa sociedade. Fator que, apesar de resguardar seu aspecto comum/ordinário, nos gera um inevitável e permanente estranhamento.

¹ assistente social, cargo efetivo junto ao Departamento de Trabalho Social da Secretaria de Habitação do Município de Osasco/SP (gerente do programa municipal Bolsa Aluguel). Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, na área de Política Social. Mestre em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pelo mesmo Programa. E-mail: fernandacarpanelli@gmail.com.



O início do século XXI mobilizou e intensificou a dependência dos homens aos recursos tecnológicos, e trouxe a sociedade do século XX definitivamente, a chamada “era digital”.

A mundialização e as transformações produtivas são processos que, sem dúvida, têm seus pontos positivos: as distâncias geográficas aparentemente se reduziram; a partir do desenvolvimento da internet não há mais barreiras físicas para a informação, o conhecimento e o intercâmbio cultural; os avanços tecnológicos possibilitaram desvendar enigmas seculares nas variadas áreas da vida humana e social e a democracia burguesa atingiu a quase maioria dos países, passando a ser considerada requisito de legitimidade internacional.

É certo que a ampliação das aquisições tecnológicas, a adoção, já massificada, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)², e o espraiamento do uso das redes sociais, trouxeram impactos decisivos para as transformações e metamorfoses não só do mundo do trabalho, mas, também, para todas as esferas da vida social e todas as suas consequências.

Hoje os meios de informação (ou por vezes - de desinformação) contribuem de modo decisivo para o controle dos meios de produção, mas também, e de forma absolutamente preponderante, afetam a sociabilidade das/os sujeitas/os.

a internet se configurou como um importante modo de organização, de formulação de resistências e mecanismos de denúncia.

Componentes deste cenário, o agronegócio, o neoextrativismo, um amplo e complexo conjunto econômico, político e social de desigualdades entre campos, cidades, florestas e recursos naturais, se somam a um contexto profundo de violação de direitos humanos, sociais, trabalhistas e de degradação do meio ambiente, motivados pela preservação e intensificação, dos processos de acumulação privada de riqueza a nível mundial.

E todos estes aspectos, estão assim também, assumidos como bandeira programática do projeto neoliberal no Brasil. O Estado Brasileiro assumiu uma ampla agenda junto aos países de economia globalizada³, capitaneados pelo mercado financeiro.

² Sobre o estudo das TICs, em especial na área do Serviço Social, a produção e os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre trabalho e profissão vinculado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a coordenação da Prof.^a Dra. Raquel Raichelis se constitui como espaço privilegiado para o aprofundamento dessa temática.

³ Assumimos em nossos estudos o conceito de globalização partindo dos estudos realizados pelo importante intelectual negro brasileiro, Milton Santos. Geógrafo, jornalista, advogado e professor universitário com incidência preponderante nos estudos sobre o espaço urbano, territórios e outras categorias analíticas das quais recorreremos ao longo dos estudos realizados. Para Santos (2008, p. 23) a “globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo



Setor que no Brasil, permaneceu e avançou sob a regulação do Estado de projeto conservador, reacionário e com traços neofascistas, se considerarmos o período da gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro.

Será também necessário considerar elementos fundamentais e algumas das particularidades da nossa formação sócio-histórica, reconhecendo determinações estruturais que conformam os processos das relações sociais em nosso País.

Somos hoje a história de um país que se consolidou através da cultura da expropriação. Que se “formalizou” pela força e poder da figura de colonizadores escravocratas e que, ainda hoje, se expressa, fortemente, por suas raízes estabelecidas no latifúndio, no patrimonialismo, no genocídio étnico, no patriarcado e no racismo.

Esse conjunto diverso e complexo de relações e experiências compõem a agenda histórica de nosso tempo presente. Vivemos um momento do desenvolvimento das relações capitalistas cujas expressões de maior impacto têm sido aquelas vinculadas às experiências de violência, espoliação e destruição das relações humanas, natureza-sociedade. Percursos de desterritorialização no campo e na cidade e um conjunto de intensos conflitos fundiários e socioambientais – acirrados por consequência das ações dirigidas pelo próprio Estado brasileiro.

Nesse caldo está, talvez ainda muito diluída, a necessária atenção que deveríamos atribuir à questão fundiária e ao tema da propriedade de terras no Brasil. Questões que se revelam como elementos constitutivos para os principais conflitos e justificativas para o amplo quadro de desigualdades estabelecidas em nossos territórios.

2. A questão fundiária no Brasil – processos de grilagem como modo constitutivo de apropriação dos territórios, formação da propriedade privada da terra na sociedade brasileira e as expressões de resistência e organização popular em construção.

Atualmente seria impensável estabelecer um conjunto de reflexões sobre o espaço urbano sem que fossem retomadas nossas raízes históricas e nosso contexto conjuntural envolvendo, sobretudo, a questão da terra, aspectos vinculados ao processo de colonização, propriedade da terra e concentração fundiária.

É fato que o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de expropriação e exploração. O caráter rentista do capitalismo garantiu a concentração da propriedade fundiária como ferramenta essencial para o sistema. E essa singularidade do Estado

capitalista”. Para compreendê-la, o autor nos indica dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. Para o autor, os elementos que permitem compreender o processo de globalização são “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história representada pela mais-valia globalizada”.



brasileiro - que o distingue dos países centrais – se mostra também essencial para algumas compreensões necessárias de nossas particularidades históricas.

Partimos nestes estudos da concepção sustentada por Fernandes (1981), Harvey (2004) e Ianni (2004) que nomearam por “desenvolvimento capitalista desigual e combinado” o processo de desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil.

Uma expressão – desenvolvimento desigual e combinado – que resguarda a capacidade de representar o movimento de integrar, ao mesmo tempo, o avanço e a modernização provocada pela expansão capitalista, ainda que considerada suas diferentes fases – especificamente a chamada monopolista industrial – com elementos sociais arcaicos e de marcas, sobretudo, conservadoras.

A seguir, daremos tratamento a alguns marcos jurídicos sobre os processos de grilagem da terra no Brasil, demonstrando que as contradições e conflitos na produção capitalista do espaço, e que os sentidos na forma jurídica da propriedade, foram, em grande parte, marcos decisivos, que contribuíram para o processo de criminalização dos diversos movimentos sociais, em especial os movimentos vinculados à questão da moradia, responsáveis por ações de ocupação de áreas públicas ou particulares cuja função social dos espaços não se aplica.

Assistimos à intensificação da exploração fundiária via a expansão do setor agropecuário e os mercados de *commodities* agrícolas. Um mercado que ganhou relevância, desde o século XIX, dada a característica de um país essencialmente agrário, consolidando-se como importante fonte de renda para a burguesia nacional e que, ainda, se configura como um país de referência para os interesses nacionais e internacionais na produção de soja, milho, carne bovina, petróleo e minério de ferro - mercados amplamente explorados ao longo do século XX.

Tais processos alimentaram o capitalismo imperialista internacional, com ações que, historicamente, representaram riscos ao meio ambiente e as comunidades tradicionais. Todos estes aspectos possuem um traço determinante a ser considerado, pois a terra, historicamente, sempre representou uma reserva de valor, quando tomada sob a lógica do sistema capitalista.

Em sua obra, “A ideia de Brasil moderno”, Otávio Ianni (2004a), recupera elementos que precisam, em nossa concepção, comparecer em todas as análises interpretativas da realidade brasileira, destacando sobretudo, a produção de Caio Prado Júnior, como um importante intérprete da formação social brasileira.

Ianni (idem) destaca que o sentido da colonização é um tema em toda obra historiográfica de Caio Prado Jr., privilegiando três importantes processos sintetizados nos



seguintes termos: o sentido da colonização⁴, o peso do regime de trabalho escravizado, assim como a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.

As condições do processo de escravização colonial, por sua vez, foram determinantes históricos para a consolidação do sistema capitalista no país, cumpriu sua função na estruturação e organização da força de trabalho, combinada a um projeto de dominação e branqueamento dessa mesma força de trabalho, condicionando “lugares sociais” ao branco e ao negro no processo de formação da sociedade brasileira e consequentemente, nos processos de urbanização desencadeados nas diferentes regiões do país, que também ocorrem de modo diverso, segundo as especificidades de cada território.

Na particularidade das condições de vida e trabalho, cabe o importantíssimo - porém ainda muito negligenciado - destaque sobre as condições de gênero, também próprias desse período, inclusive se combinadas às condições já estabelecidas pela interface do racismo, com expressões de violência naturalizadas nas relações sociais e de produção durante séculos em nosso país.

Mulheres, e em especial mulheres negras, foram sempre alvo maior de processos de superexploração, dominações diversas e opressões em diferentes níveis, considerando que as bases de nossa formação enquanto povo brasileiro tem também os alicerces patriarcais e machistas como pilares de sustentação.

É preciso também demarcar a histórica estrutura agrária brasileira que apresenta uma série de características que demandam uma análise do processo histórico de sua formação. Como marcou Furtado (1975, p.93), o Brasil foi uma clara expressão nas Américas, criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sobre a forma de “empresa agrícola”.

Não apenas explorados em sua força de trabalho, mas também dizimados em razão da violência extrema e com impactos pela extenuante jornada nos processos de servidão aos colonizadores europeus, a exploração dos povos originários precisa ser destaca. Processos de espoliação que se reeditam em pleno século XXI quando o capital nacional e internacional, também se utilizam dos conhecimentos tradicionais como produto de expropriação para ampliar seus ganhos e metas de extração dos recursos naturais nos territórios brasileiros.

⁴ Ianni destaca que o sentido da colonização não é único. Os chamados “Brasil Colônia”, “Império” e “República” estão marcados por este traço. Entende que o sentido da colonização muda com o tempo, pelas relações internas e externas, pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção e não se limita à economia e a política. Pode compreender o poder militar, as igrejas e os meios de comunicação, desdobrando-se em formas de pensamentos, ideias, doutrinas ou explicações.



Outro aspecto fundamental se refere a expansão da pecuária e do extrativismo de minérios e todas as demais atividades econômicas que decorrem destas, conformando as principais características de exploração e expropriação que amplia a extensão territorial já propiciada pelo Brasil.

Dada a abundância de terras, historicamente, todas estas atividades apoiaram-se num mecanismo de acumulação ampliada, graças ao qual intensificou-se o processo de ocupação e povoamento dos territórios.

Ao longo do século XIX, a terra passa a ser um elemento de riqueza no lugar do trabalho escravo, demonstrando a construção de um novo paradigma: a terra passa a ser um investimento verdadeiramente seguro, porque após 1850, o direito ao acesso a terra não se dá pela efetiva ocupação, mas pela compra, via mercadoria.

José de Sousa Martins revela em sua obra, uma importante chave analítica que serviu a compreensão do “modelo de economia concentracionista”. Segundo o autor (Martins, 2010) o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra - para usar uma expressão que também dá título a uma de suas obras - sendo assim uma matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.

É nesse contexto que o processo de grilagem em terras brasileiras precisa ser compreendido. Em importante contribuição sobre o tema, Prieto (2017) explora os processos de grilagem como um traço característico e constitutivo da formação da propriedade privada da terra no Brasil, afirmando que

Compreendê-la pelo enfoque da Geografia Histórica suscita em nossa interpretação identificar os fundamentos articulados entre as questões econômicas e agrárias a partir do método marxiano (materialista dialético) do movimento progressivo-regressivo, mirando a colonização e a política de sesmaria como base da grilagem (que permanece como traço constitutivo da concentração fundiária brasileira) e o contexto social da legalização dessa estratégia no contexto do Brasil Imperial para a compreensão da permanência e reprodução dessas práticas ao longo dos séculos XX e XXI. (Prieto, 2017, p. 5)

Em artigo que retrata parte de sua tese de doutoramento, o autor defende que para a compreensão da formação territorial brasileira é fundamental compreender a grilagem de terras como um elemento central para o entendimento da constituição da propriedade privada em contexto nacional. Para isso retoma o período entre 1822 e 1850, momento em que se instituiu, com a Constituição de 1824, a absolutização da propriedade privada da terra. Se ocupa de categorizar o período em questão como momento de instituição da grilagem como forma primordial de monopolização da terra, se fundamentando como característica central e específica da formação territorial brasileira; Momentos portanto, anteriores à própria instituição da Lei de Terras, fundamentais para o marco jurídico que viria a se estabelecer só no ano de 1850.



É preciso considerar que a propriedade da terra é um elemento primordial do processo de reprodução do capitalismo. A estratégia de transformá-la em propriedade privada é o que a torna um equivalente de capital na sociedade capitalista e foi o que permitiu utilizá-la como “reserva de valor”, promovendo o desenvolvimento e aprofundamento das bases do sistema capitalista. (Oliveira, 2007 apud Prieto, 2017, p.2)

Estas considerações se fazem centrais para a compreensão do contexto de renda pela propriedade da terra.

Prieto (2017, p.2) segue destacando que

Como reserva de valor, a terra quando vendida, permite a seu proprietário a apropriação de uma fração da massa de mais valia global expressa no preço pago por ela. Por isso, sua gênese na circulação. Mas essa qualidade da renda da terra só pode ser realizada uma vez, quando a terra é vendida/comprada. No capitalismo brasileiro, o que geralmente ocorre é a retenção da propriedade privada da terra, por isso a sua concentração, isto é, a centralização no seu caráter rentista e patrimonialista - que denominamos de “rentismo à brasileira” – (Prieto, 2016). Neste caso, no Brasil, prevalece a condição de reserva patrimonial, quando a propriedade privada da terra é tomada com garantia financeira para acesso ao mercado de capitais, através de sua hipoteca.

E assim se fundamenta a centralidade que o tema da propriedade privada precisa ocupar no debate sobre os aspectos que envolvem os processos de distribuição de renda e riquezas, desigualdades socioeconômicas e toda e qualquer consideração sobre a natureza dos territórios; processos de urbanização históricos e em curso, as bandeiras de reforma urbana, produção e reprodução das relações sociais, direitos socioambientais ou mesmo sobre a política habitacional e as condições reais de ocupação do solo brasileiro e do próprio direito à moradia.

Devemos destacar também um outro conjunto de questões relativas aos aspectos ambientais e as áreas de floresta que têm sido, amplamente, afetadas pelos ciclos de exploração predatória dos recursos naturais nos diferentes territórios. Incluímos aqui a luta para deter as práticas de implantação dos garimpos ilegais que remontam estratégias ainda praticadas - como as de trabalho escravo - elegendo-o como um componente para extração dos bens naturais das áreas rurais e nas florestas brasileiras.

Lembramos que, nesse caso, os chamados garimpeiros, representam por vezes, uma maioria esmagadora de trabalhadores pobres, desprotegidos das artimanhas e ameaças realizadas pelo grupo seletivo que se beneficia do conjunto de zonas contíguas exploradas de modo histórico e sistemático, sem que o poder público muito realize no sentido de interromper tais práticas de modo uniforme e definitivo.

Ainda sobre reconhecer o quanto as raízes da problemática sobre a propriedade privada da terra, no caso brasileiro, são profundas, Prieto (2017) em suas considerações, demonstra que as origens da questão estavam sustentadas, antes mesmo do primeiro marco jurídico, conhecido como a Lei de Terras – promulgada em 1850.



A Constituição de 1824 instituiu em um só processo a propriedade privada absoluta, estabelecendo o primeiro elemento para a constituição da propriedade privada da terra e simultaneamente a desapropriação capitalista da terra que, para ser realizada, necessitava de pagamento prévio em dinheiro, ou seja, de uma indenização. A Constituição Imperial não normatizava administrativamente a regulamentação da aquisição da propriedade, todavia estabelecia juridicamente o arcabouço concreto de presunção jurídica para aqueles que já detivessem propriedade (por exemplo, a proteção à propriedade privada dos cativos e, de certa forma, a proteção aos que já detinham concessões legitimadas durante o período sesmarial, pois a assim chamada “mentalidade proprietária” já se encaminhava para a consolidação desse “direito”). O estabelecimento de uma garantia absoluta da propriedade, produzida na ausência de regulamentação, reproduzia a grilagem como forma per se de aquisição de terras entre 1824 e 1850. (Prieto, 2017, p. 5)

A combinação entre a Constituição Federal de 1824 e da Lei de Terras em 1850 resultaram em processos de legalização e legitimação da grilagem de terras desde o período colonial, configurando o que o autor chamou de um conjunto de aparentes “confusões jurídicas”, responsáveis por estratégias de apropriação ilegal da terra no Brasil.

Todas estas questões têm, portanto, sua origem histórica, e resultaram de ações de extrema violência contra os camponeses-possesores, a população negra sem terras após a promulgação da chamada lei Áurea, e os indígenas, se consideradas as constantes tentativas de expropriação e esbulho de terras.

Está posta a necessidade de evidenciarmos os sentidos da forma-jurídica da propriedade na segregação socioespacial e as estratégias de administração/mediação/solução destes conflitos, perpassando a institucionalidade do sistema de justiça e outras instâncias de produção normativa no espaço (rural e urbano) contemporâneo.

Se por um lado nos pautamos no sistema judiciário para a mediação concreta de acessos a direitos à população usuária de nossos serviços, este mesmo sistema se encarrega de normatizar os instrumentos e mecanismos próprios de um sistema de coerção - opressões “legalizadas” pelo texto da lei.

É preciso reconhecer a existência de um padrão dual de ordens em permanente tensão: ocupação real e propriedade legal. Em seu livro: “a lei e a cidade”, Rolnik demonstra que a lei determina apenas a menor parte do espaço construído.

A exemplo dos programas e projetos desenvolvidos pela política pública no campo da habitação, em muito não avançamos ou superamos a crítica à propriedade privada. Os projetos acabam por alimentar o contraste da cidade “legal” e “ilegal”, fundamentando a formulação do acesso à propriedade e um “arcabouço jurídico protetivo” apenas aqueles que acessam a moradia – e ingressam ao grupo dos “proprietários”. Essa crítica não deseja esvaziar a importância do acesso das famílias ao direito à moradia, quando suas casas se tornam conquistas relevantes diante do contexto de diversas violações às quais já foram submetidas historicamente, permitindo a segurança de acesso a um bem material construído sob condições de segurança construtiva e com infraestrutura adequada. Mas



desejamos pontuar, que tais aspectos, não podem ser encarados de modo isolado, como se esse desenho – da propriedade privada – não assumisse suas limitações no sistema capitalista, quando o imóvel ingressa no mercado como um bem de alto valor e sob condições diversas de expor seus moradores a contextos de possíveis expulsões ou a necessidade de abandono se ausentes as demais áreas do poder público, ineficientes na atenção às demais necessidades que cercam e complementam a dimensão da moradia.

No que tange a questão da propriedade privada em seu aspecto “legal”, parte significativa da população no país, em especial as que estão em condições mais vulneráveis, desconhecem o sistema de registro formal de propriedades no país, fato determinante para um volume altíssimo de situações em que famílias inteiras se submetem a compra de áreas cuja a segurança na posse está completamente comprometida e por vezes já com processos em andamento de perspectivas de obras no local, ou mesmo ações para desocupação total da área, mediadas por decisão judicial.

Nesse caldo de aspectos vinculados a discussão dos territórios brasileiros estão os assistentes sociais, em seus distintos campos de atuação profissional e com amplos desafios que permeiam a reatuação de seu trabalho nos diferentes campos das políticas setoriais no País. Desafios dos quais temos buscado particularizar a atuação profissional dos assistentes sociais chamando a atenção para o que um olhar atento para as questões do cotidiano de vida das/os sujeitas/os periféricas/os – conceito do sociólogo Pablo Tiaraju de D’andrea – com seus modos e meios de vida atravessados pelos aspectos transversais da segregação socio-espacial e de amplos traços de precarização permanente, podem nos revelar como chave de análise, interpretação e possibilidades de associação junto aos coletivos organizados nos diferentes territórios, considerando condições possíveis para a realização de um trabalho profissional com consequências políticas de saldo positivo para a classe que vive da venda de sua força de trabalho, dado a viabilidade de contribuições constituídas pelas competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão no cenário de relações sociais em contexto capitalista.

Como vimos, a concentração fundiária com origem nos processos de grilagem de terras se constituiu como estratégia central e se configurou como problemática histórica nos diversos territórios do país, incidindo, sobremaneira, no direito à cidade e à moradia digna. Processos que transitam, de modo cíclico, a história brasileira, e que se intensificavam à medida que os contextos de urbanização do país se espalhavam pelos territórios brasileiros⁵.

Por esta razão, pensar a cidade e o campo apartados, não nos permite refletir sobre como as origens do processo de expropriação e exploração das terras ocorrem, e ainda

⁵ A grilagem não é só uma estratégia do passado. Mas há muitos contextos onde a falsificação de documentos se mostra como um movimento presente e incisivo da singularidade na forma capitalista no Brasil.



continuam a se consolidar, como estratégias absolutamente contemporâneas e em dinâmica de expansão.

Com os processos de grilagem temos uma forma de reprodução de classes, uma maneira como também o poder político se manifesta através do poder exercido pela propriedade da terra. Há uma associação /aliança política entre a classe burguesa a se considerar. Ela aparece como agrária, mas está no urbano. Uma dialética entre campo e cidade.

Poderíamos assim tomar como exemplo forte dessa expressão, a formatação da bancada ruralista no Congresso⁶, popularmente conhecida como a “bancada BBB” - do boi, da bala e da bíblia⁷.

Estes aspectos fundamentam os principais conflitos que se constituem no espaço urbano, refletidos no campo e na cidade, cada qual, com singularidades, mas ambos enfrentando estratégias desumanas de desintegração.

Os focos de incêndio nas matas e nas cidades, em especial nas áreas de favela, se tornaram medidas para não só conter a expansão das ocupações de moradia, assim como “limpar” os territórios de ampla valorização territorial e interesse do mercado imobiliário⁸.

Necessárias têm sido as ferramentas elaboradas por diversos coletivos mobilizando formas de denúncia sobre este verdadeiro estado de barbárie.

São também diversas as estratégias de denúncia, desde o campo audiovisual - e aqui poderíamos citar as experiências das rádios comunitárias e mais recentemente, do espraiamento dos chamados podcasts⁹, assim como a produção de documentários e outros materiais disponibilizados na internet¹⁰.

⁶ Em matéria de 07 de junho de 2023, o jornal folha de São Paulo, noticiava o crescimento do grupo no Congresso: “Impulsionada pela extrema direita, a bancada ruralista ganhou força no Senado e conseguiu atrair mais da metade dos parlamentares. O número de senadores chegou a 47 neste ano (2023), ante 39 da legislatura anterior (2019) e frente aos 27 da iniciada em 2015”. In: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/bancada-ruralista-cresce-no-senado-e-tenta-aprovar-pl-dos-agrotoxicos-e-marco-temporal.shtml>. Acesso dez. 2023.

⁷ O envolvimento/ crescimento das milícias é uma marca relevante para esse tema, inclusive com particularidades em sua atuação em algumas regiões do país – como no caso do Rio de Janeiro.

⁸ O documentário: *Limpam com fogo*, lançado no ano de 2016, de direção e produção de César Vieira, Conrado Ferrato e Rafael Crespo, registram a realidade sobre os incêndios em favelas na cidade de São Paulo e sua relação com a especulação imobiliária. São apresentados depoimentos de moradores atingidos, de lideranças comunitárias e de autoridades. Documentário de grande importância para os movimentos sociais do urbano e premiado como melhor filme pela mostra SESC de cinema paulista do ano de 2017. Disponível na página do youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdF0os&t=1s> – acesso ago. 2023.

⁹ Os Podcasts - tidos como programas de rádio ou audiobooks, que funcionam por meio de conteúdo gravado, dando liberdade aos usuários de ouvir em horários de sua preferência - se popularizaram rapidamente entre as ferramentas de comunicação utilizadas no país, visto que apresentam uma diversidade enorme de conteúdos temáticos e formatos diversos e permitem o acesso mesmo que *offline* - quando são “baixados” das plataformas virtuais. A proposta de permitir que o usuário escolha



Destacamos aqueles que se configuram como espaços coletivos de encontro e que funcionam como um potente campo de troca, fortalecimento e construção de renovadas estratégias de resistência. Nesse campo podemos destacar os espaços dos slams, saraus, cursinhos populares, grupos de estudos e pesquisas dedicadas ao tema das periferias, ou mesmo as bibliotecas comunitárias, assim como alguns espaços que vem se destacando como referências territorializadas¹¹.

Na particularidade daqueles relacionados à demanda direta por moradia, os espaços das ocupações nas áreas centrais das cidades organizadas por diversos movimentos de moradia, tem somado de forma ímpar com experiências de resistência e ampliação do número de famílias pobres que disputam os territórios com maior grau de infraestrutura urbana.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também pode ser um exemplo importante sobre uma atuação que expandiu suas lutas e pautas contribuindo solidariamente com respostas objetivas sobre a demanda por comida para a população e enfrentamento ao quadro de fome que se agravou novamente no Brasil, em especial após o cenário pandêmico¹².

seus conteúdos de interesse e horários para o consumo das informações, é sem dúvida, o aspecto mais atrativo. Nesse campo destacamos o podcast Memórias Quebradas - produzido por estudantes periféricos que tematizam a importância da memória sobre os territórios populares na periferia da zona sul de São Paulo. resgatam trajetórias de organização, lutas populares, história e características do território, movimentos culturais da região, direitos e movimentos sociais.

¹⁰ Uma importante ferramenta construída nessa direção refere-se a wiki-favelas - também chamado dicionário de favelas Marielle Franco. o website se definiu como “uma plataforma virtual de acesso aberto para a coleta e produção de conhecimentos sobre favelas e periferias. Um projeto que visa estimular a coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil, por meio da articulação de uma rede de parceiros, tanto nas academias quanto nas instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. informações disponíveis através do link: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco. Acesso 24 set 2023.

¹¹ No movimento de pesquisas realizadas escolhemos a Redes da Maré, apenas para exemplificar tal aspecto. Uma organização da sociedade civil, que nasceu da mobilização comunitária a partir dos anos 80, nas favelas da Maré. Formalizada em 2007, tem como missão tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas. (Descrição do website <https://www.redesdamare.org.br/> - Acesso: 28 ago 2023. Vale o destaque de que outros espaços socioculturais e projetos de intervenção se desenvolveram também na comunidade, a exemplo do museu da Maré, inaugurado em 2006, fruto das articulações iniciadas pela fundação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, organização não-governamental, fundada em 1997, responsável também pela oferta de cursinhos pré-vestibulares, elaboração de jornais e outros projetos de intervenção na comunidade.

¹² Em vídeo publicado pela fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai, uma integrante do MST, destaca a construção das cozinhas populares solidárias e explica como o projeto contribui para a soberania alimentar no país e inclusive na luta por justiça climática. Vídeo “Como as cozinhas solidárias contribuem para a justiça climática?”, disponível na website: <https://rosalux.org.br/como-as-cozinhas-solidarias-contribuem-para-a-justica-climatica/#:~:text=SEGURAN%C3%87A%20ALIMENTAR%20E%20JUSTI%C3%87A%20CLIM%C3%81TICA,acampamentos%20da%20reforma%20agr%C3%A1ria%20popular>. Acesso: 30 ago. 2023.



Ter o processo de colonização como traço de nossa formação sócio-histórica – reeditada sob diversas óticas e práticas vinculadas aos processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até as ações que envolvem uma constante tentativa de sobreposição de culturas e modos de vida¹³.

É necessário pensar os reflexos dos mais de 400 anos de escravização vivenciados em contexto brasileiro e que nesse intervalo não foram construídas políticas reparatórias/indenizatórias as consequências do racismo estrutural que se consolidou naturalizado na sociedade brasileira e continua tendo sua interface cotidiana para a população preta, em especial, as que se somam sem acesso às políticas de trabalho e renda, ou as de cunho social.

Essa guerra de colonização tem como cerne principal ser uma guerra territorial, de disputas de territorialidades e sentidos. Assim como a compreensão de terra ou território como universos existenciais vinculados, não somente à produção econômica, mas aos corpos, conhecimentos e as práticas culturais/espirituais desses povos.

A própria construção desses territórios está marcada, e relacionada, à construção dos sentidos, símbolos e significados estabelecidos por aqueles que nele habitam, com modos de vida que se definem, em proporção similar, à necessidade de defesa desses mesmos territórios frente às investidas do grande capital.

As comunidades quilombolas ou mesmo os chamados quilombos urbanos são experiências importantes nessa direção.

Tendo estas questões como pano de fundo, discutir os reflexos decorrentes da propriedade da terra no Brasil se mostra essencial como ponto de partida para compressão sobre os resultados que temos atualmente em nossos cenários rural e urbano e a situação das florestas, assim como as complexidades que resultaram do processo de urbanização no Brasil. Impactos que os diversos territórios e cidades têm sentido fortemente, e que a população pobre segue custeando o preço, em muitos casos, com a própria vida.

No caso das lutas do campo, podemos afirmar que ela é também uma chave para processos revolucionários. O campo tem um forte peso na formação social capitalista no caso brasileiro, e por isso o trabalhador rural é uma força básica importantíssima no

¹³ De certo modo, correlacionamos esse traço do colonialismo àqueles envolvidos em processos de urbanização e reassentamentos de populações como observamos no contexto brasileiro, muito recorrentes para as demandas de atuação profissional de parte dos assistentes sociais. A expropriação da terra, de certo modo, está presente. A substituição de uma cultura pela outra, também presente, considerando aqui o retrato da nova lógica de moradia definida pelo formato “condomínio” - em especial para o caso das grandes e médias cidades. Marcas expressivas de novos modos de “morar” em expansão e consolidação.



processo de organização contra os interesses do grande capital sobre as nossas riquezas naturais e todo o solo urbano já desenvolvido, decorrentes desses históricos esforços.

É imperativo que possamos fortalecer todas essas identidades de resistência em construção. Identidades que se fortalecem por meio da linguagem, da organização de espaços de sociabilidade, na esfera da cultura e na criação de vínculos, e através da memória construída pelas/os sujeitas/os - uma memória ativa de conhecimento horizontalizado e coletivo.

E não há como construir um futuro possível sem conhecimento da história.

Porém, por mais que as estratégias de conhecimento dessas realidades indiquem a necessidade de estabelecer uma “fotografia” desses espaços, os territórios não podem ser vistos como homogêneos e estáticos ou apenas fruto dos processos de expansão das cidades. Eles estão vivos, e em constante transformação. É preciso que essas realidades passem a comparecer não só em nossas análises, mas sobretudo, sejam trazidas pelos próprios sujeitos que vivem e constroem os seus territórios.

Reconhecer essa dinâmica nos permite apreender a totalidade dos processos históricos que nos acompanham, e observar o movimento dinâmico de constituição dos territórios em caminho simultâneo de construção dos processos de resistência que se desenham em nossa história.

3. CONCLUSÕES

É fato que os desenhos institucionais de programas, projetos e instrumentos das políticas públicas oferecem ferramentas aos profissionais, permitindo o desenvolvimento do trabalho profissional cotidiano. No entanto, estamos convencidos de que tais instrumentos estão, em muitos aspectos, limitados e não correspondem à realidade dos territórios.

A realidade da demanda profissional que se apresenta aos profissionais, nos convocam à criação de respostas cada vez mais criativas e coincidentes com os interesses da população, limitações altamente conflitantes com as possibilidades restritas estabelecidas pelo desenho de programas e/ou escopo definido pelos instrumentos das políticas públicas.

No entanto, nossa capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa e todo arcabouço histórico de referências construídas sob nosso cotidiano de trabalho profissional, devem ser escolhidos como fundamentos, ferramentas e instrumentos potentes de atuação e incidência na vida dos sujeitos e sujeitas com os/as quais atuamos, assim também frente às possibilidades de alargar os contornos da política, ampliando acessos e



assegurando atendimentos mais qualificados e de aspecto totalizante para a vida da população.

Concordamos com Paixão (2020) que “o trabalho profissional não pode tudo, mas pode muito”, e toda a potencialidade de nossa capacidade de intervenção na realidade social deve ser melhor explorada e divulgada.

Mas ainda há desafios muito sensíveis nesse campo. Ramos e Koga afirmam a importância da incorporação do “território vivo e vivido” na dimensão das políticas públicas:

Assim, não basta a dimensão territorial da política pública, caso ela permaneça confinada institucionalmente sem conseguir ir além do aspecto administrativo. Faz-se necessário, essencialmente, a incorporação do território vivo e vivido, trazendo à tona os aspectos coletivo e público a se fortalecer nas mediações das práticas sociais cotidianas desenvolvidas pelos diferentes agenciadores da própria política pública. Aqui, o (re)conhecimento sobre as trajetórias de vida dos chamados “usuários” das políticas públicas poderia representar uma chave importante para processos da gestão pública onde os cidadãos encontrem-se na centralidade do interesse e prevaleça a conexão indivisível entre os campos urbano e social. (Ramos; Koga, 2011, p.362)

Essa restrita aproximação com a população e com as realidades dos territórios podem ser entendidas, em parte, por uma escolha intencional das/os profissionais, que de forma singular, possuem autonomia relativa na decisão sobre seus instrumentos e metodologias de atuação e atendimento aos sujeitos e sujeitas, em seus espaços de acolhimento e orientação. Porém, e não menos importante, as/os profissionais estão também expostas/os às debilidades dos espaços sócio-ocupacionais, por vezes, incapazes de possibilitar o desenvolvimento/aprofundamento de algumas metodologias de atuação, considerando as precárias condições de trabalho, e mesmo, o amplo volume de atendimentos que se apresentam à mesa de trabalho das/os profissionais.

Nessa direção, adotar uma postura interrogativa da realidade social, combinada a uma observação mais atenta ao cotidiano, nos parece condição primordial para os avanços que a profissão possa vislumbrar. São estas e outras sinuosidades que nossa pesquisa pretende desvelar junto aos conhecimentos acumulados pelas/os assistentes sociais nesse tempo histórico tão desafiador.

A atual conjuntura tem nos demandado um olhar cada vez mais estratégico, que permita uma compreensão mais ampliada sobre as questões conjunturais, assim como, movimentos cada vez mais articulados que ponham em marcha ações integradas, sejam junto aos demais profissionais, agentes coletivos e as/os próprias/os sujeitas/os nos territórios.

Nossa aposta é que a profissão tem maiores chances de desconstruir mitos e preconceitos quanto maior seu contato e interação com a realidade social, contexto cada vez mais restringido pelas condições objetivas a que estão sujeitas/os as/os trabalhadoras/es da área social.



Uma tarefa histórica e uma demanda de caráter coletivo, tal qual se configurou o projeto ético político profissional no interior da profissão. No entanto, necessária, dada a nossa perspectiva e compreensão sobre a dimensão política do trabalho profissional, capaz de contribuir de formas, mais ou menos incidentes, junto à sociedade, movimentos e coletivos organizados, para à construção e sustentação das políticas públicas em nosso País, e de modo mais alinhado aos interesses da classe que vive do trabalho.

REFERÊNCIAS

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Dandara Editora, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar;1981

FURTADO, Celso. **Análise do 'modelo' brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

IANNI, Otávio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Editora EDUSC,2004.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9ªed. revista e ampliada - São Paulo: Contexto, 2010.

PAIXÃO, Marcia Calhes. O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente: uma reflexão sobre suas consequências políticas. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PRIETO, Gustavo F. T. Sob o império da grilagem Os fundamentos da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). In: Terra Brasilis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 8 Dossiê "5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos". 2017. Acesso: 30 set. 2023.

RAMOS, F., & KOGA, D.. (2011). Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. Serviço Social & Sociedade, (106), 335–364. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200008>. Acesso em: 23 jul. 2023.